



## NOÇÃO DE CIDADANIA NO BRASIL: O JEITINHO BRASILEIRO

Ivaldo Ramos Rosa<sup>1</sup>

### RESUMO

A expressão “Estado”, devido às incertezas e às objeções apresentadas por diversos estudiosos da área, é de difícil determinação, pois se reveste de diversas variações conceituais e posicionamentos comportamentais. Por esse motivo, este artigo busca, a partir da identificação desse problema, discorrer sobre a noção de cidadania no Brasil, destacando a forma de efetivação pelos cidadãos do *jeitinho brasileiro*. Com efeito, espera-se contribuir para as discussões modernas sobre o papel e constituição do estado brasileiro, ao se considerar variáveis como corrupção e posicionamento social.

**Palavras-chave:** Estado. Jeitinho Brasileiro. Cidadania.

### ABSTRACT

The expression "State", due to the uncertainties and objections presented by several scholars in the area, is difficult to determine, since it has several conceptual variations and behavioral positions. For this reason, this article seeks, from the identification of this problem, to discuss the notion of citizenship in Brazil, highlighting the way of effectiveness by the citizens of the *jeitinho brasileiro*. In fact, it is expected to contribute to the modern discussions about the role and constitution of the Brazilian state, considering variables such as corruption and social positioning.

**Keywords:** State. Jeitinho Brasileiro. Citizenship.

### RESUMEN

La expresión "Estado", debido a las incertidumbres y objeciones presentadas por varios estudiosos en el área, es difícil de determinar, ya que tiene varias variaciones conceptuales y posicionamientos de comportamiento. Por esta razón, este artículo busca, a partir de la identificación de este problema, discutir la noción de ciudadanía en Brasil, destacando el camino de efectividad por parte de los ciudadanos del *jeitinho brasileiro*. De hecho, se espera que contribuya a las discusiones modernas sobre el papel y la constitución del Estado brasileño, considerando variables como la corrupción y el posicionamiento social.

**Palabras clave:** Estado. Jeitinho Brasileño. Ciudadanía.

### INTRODUÇÃO

Deve-se ter em mente que as relações humanas são afetadas diretamente pela ação do ente maior, no caso específico do Estado. Os conceitos referentes a isso devem levar em conta todos os aspectos jurídicos, sociais e filosóficos que ocorreram ao longo do tempo para entender a dimensão da problemática política e de suas relações.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em ciências contábeis pela Organização Brasileira de Cultura e Educação (1993) e Doutorado pela Universidad Americana - PY. Atualmente, é Técnico em Contabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Assim, a verdade extraída dessa percepção deve estar associada, diretamente, aos interesses dos grupos sociais que compõem esse universo, a partir, principalmente, das experiências adquiridas durante sua elaboração, servindo como pressupostos para gerar benefícios a todos os membros do Estado.

Assim, este artigo se preocupou em discorrer sobre a noção de cidadania no Brasil, destacando a forma de efetivação pelos cidadãos do jeitinho brasileiro que se refere, de modo abrangente, à maneira que o povo brasileiro improvisa soluções para situações problemáticas, não adotando procedimentos ou técnicas estipuladas previamente.

Para tal, este corpus divide-se em *Noção de Estado e Noção de cidadania no Brasil: o jeitinho brasileiro*. Assim, espera-se contribuir para as discussões modernas sobre o papel e constituição do estado brasileiro, ao se considerar variáveis como corrupção e posicionamento social.

## NOÇÃO DE ESTADO

Tal qual prega Weber (1967), em *Política como Vocação*, uma relação de homens que dominam seus iguais, é mantida pela violência legítima, por isso o conceito de Estado de Weber (1967) pode ser debatido da seguinte forma:

Mas o que é uma associação “política”, do ponto de vista sociológico? O que é um “Estado”? Sociologicamente, o Estado não pode ser definido em termos de seus fins. Dificilmente haverá qualquer tarefa que uma associação política não tenha tomado em suas mãos, e não há tarefa que se possa dizer que tenha sido sempre, exclusivamente e peculiarmente, das associações designadas como políticas: hoje o Estado, ou historicamente, as associações que foram predecessores do Estado moderno (WEBER, 1967, p. 55).

Mas, se efetivamente isso não ocorre, existem outras variáveis que propiciam tal situação que, dentro de um universo composto por instituições dirigidas por seres humanos, podem ser entendidas ou mesmo visualizadas como falhas no mecanismo estatal de controle ou da ação nociva dos dirigentes responsáveis pela manutenção das boas relações entre o Estado e a sociedade. Sobre isso, Weber (1967) acrescenta que:

Em última análise, só podemos definir o Estado moderno sociologicamente em termos dos meios específicos peculiares a ela, como peculiares a toda a associação política, ou seja, o uso da força física (...).



Todo Estado se fundamenta na força”, disse Trotski em Brest-Litovski. Isso é realmente certo. Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de “Estado” seria eliminado, e surgiria uma situação onde poderíamos designar como “anarquia”, no sentido específico da palavra. É claro que a força não é, certamente, o meio normal, nem o único, do Estado – ninguém o afirma – mas um meio específico ao Estado (WEBER, 1967, p. 55).

Com efeito, nas ideias de Weber (1967), entra-se na esfera sobre a racionalização do poder, a sua legitimação sobre as bases sociais e, ainda, sobre as influências da natureza do aparelho burocrático e uma investigação profunda sobre o regime político e os grupos que dele fazem parte e, ao mesmo tempo, questionam-se as legitimidades da autoridade e suas formas de legitimar o poder. O mesmo autor, assevera, mais adiante que:

[...] temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. Note-se que “território” é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado permite. O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência. Daí, “política”, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado (WEBER, 1967, p. 56).

Apesar de todas essas nuances, é difícil ou até mesmo impossível, conceber um mundo onde o Estado Nacional não seja totalmente responsável por nossa identidade e incumbido pela organização da vida social. Verdade, também, que o Estado, tal qual é hoje, nem sempre foi assim e da mesma forma não é possível prever seu continuísmo no futuro, principalmente se for levado em conta a volatilidade das relações humanas que ocorrem atualmente. Não se fala em algo “pra sempre”, mas, talvez, “em que seja eterno, enquanto dure”. Reflexões de Weber (1967) são importantes e validam essa percepção:

Quem participa ativamente da luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais egoístas, quer como o “poder pelo poder”, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder. Como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é considerada como legítima). (WEBER, 1967, p. 56).

Outro ponto interessante do conceito weberiano acerca do Estado é que esse monopólio da violência não quer dizer, efetivamente, que este poderá fazer



cumprir todas as suas exigências sem que haja, por parte da sociedade civil, uma organizada uma reação. Assim, Weber (1967) cita que:

Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder. Quando e por que os homens obedecem? Sobre a justificação íntima e sobre que meios exteriores repousam esse domínio? Primeira, a autoridade do “ontem eterno”, isto é, dos mores santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. (...) É o domínio “tradicional” exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora. (WEBER, 1967, p. 56).

Refletindo sobre o pensamento acima, entende-se que, evidentemente, que os dominados não devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder, pois as reações às determinações estatais devem estar de acordo com os entes que dele fazem parte e dele esperam ações positivas e benignas. Porém, o que fica claro é que só o Estado tem a autorização da sociedade para usar a violência como instrumento legítimo de controle. Sobre essa relação, Weber (1967) postula, ainda, que:

Há a autoridade *dom da graça* (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio “carismático”, exercido pelo profeta ou, no campo da política, pelo senhor de guerra eleito pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou líder do partido político (...). Finalmente, há o domínio em virtude da “legalidade”, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseada em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno “servidor do Estado” e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, se assemelham. (WEBER, 1967, p. 55).

Dito isso, a autorização só ocorre, porque a sociedade (ou os dominados pelo Estado) aceita a ordem daqueles que a domina e essa relação de dominantes e dominados está diretamente relacionada ao que Weber (1967) chama de *dominação tradicional, dominação carismática ou dominação legal*. Por fim, o que se pode afirmar é que há diversos aspectos históricos na formação do Estado moderno.





## NOÇÃO DE CIDADANIA NO BRASIL: O JEITINHO BRASILEIRO

No Brasil, a República fez o papel em cima de um regime social aristocrático, de fato, de direito e de protocolo ideológico, reconhecido como revolução igualitária. Na França, ela levou diversas pessoas para a guilhotina e, no Brasil, possibilitou a criação ou a identificação do *jeitinho brasileiro*, que representa ações que se travestem de que todos obedecem a lei, quando fica evidente o oposto, ou seja, os velhos aristocratas e os donos do poder (os burocratas, e altos funcionários, e os eleitos) são mais donos do que o próprio povo.

Com isso, pode-se continuar contemplando o privilégio de não cumprir integralmente a lei, debaixo de um regime igualitário. Na França pré-revolucionária, dava-se, como no Brasil Imperial, o oposto. Em regimes em que o valor organizatório era a desigualdade, o *jeitinho* atribuído era libertar o escravo e dar a um pobre a oportunidade de ser um igual.

Em suma, o *jeitinho* se confunde com corrupção e, na verdade, é uma transgressão, porque ela desiguala o que deveria ser obrigatoriamente tratado com igualdade, ou seja, como afirma Weber (1967):

[...] o que nos enlouquece hoje no Brasil não é a existência do *jeitinho* como ponte negativa entre a lei e a pessoa especial que dela se livra. É a persistência de um estilo de lidar com lei, marcadamente aristocrático que de certa forma induz o chefe, o diretor, o dono, o patrão, o governador, o presidente, a passar por cima da lei porque ele a “empossa” (WEBER, 1967).

O cargo público ainda hoje, e apesar dos avanços, é concebido aristocraticamente, não burocrática e patriarcalmente como o foi nos idos do Brasil Colônia. A mídia tem um papel crucial na discussão desses casos de amortecimento, de esquecimento e de *jeitinho brasileiro*, porque ajuda a politizar o enraizado hábito que insiste em situar certos cargos e nas pessoas que os empossam, como ações acima da lei. Do mesmo modo e pela mesma lógica de hierarquias, colocam certas pessoas, negros, pobres e mulheres, implacavelmente abaixo da lei, o que faz com que a lei seja desmoralizada e, quem a cumpre, estigmatizado como insipiente por não usar o sistema do *jeitinho brasileiro*.

O conceito *corrupção*, definido por padrões éticos de um Estado idealizado que nunca existiu, surge como tentativa de preservar alguns espaços da



invasão da mercadoria-dinheiro. No entanto, a história mostra que a concorrência por mais dinheiro e tende ocupar todos os níveis da sociedade burguesa, quebrando as frágeis barreiras do discurso ético e do que deveria ser função do Estado. Essa lógica cega e destrutiva, que é a lógica que move o capital, é institucionalizada a todo instante em todas as esferas da sociedade burguesa, mesmo que não seja claramente percebido.

No setor privado, a barganha, que geralmente favorece os que estão na alta gestão das empresas, muitas vezes recebe nomes atenuantes para esconder o verdadeiro significado das operações, cujos valores são determinados pelos próprios favorecidos. Deve-se se questionar, então, qual o significado dos ganhos astronômicos dos executivos e de suas assessorias arrancados de empresas muitas vezes pagando salários miseráveis e com risco até mesmo de fechar? A lógica é a mesma, porém aceita pela sociedade e até louvada como meritocrática. A expansão sem limites do capital fictício (geração ou impressão de dinheiro sem lastro, bolhas financeiras etc.) pelo mercado e pelo Estado para manter a economia em movimento, pode ser vista como esse processo levado ao extremo.

O jornal *Data Popular*<sup>2</sup> de São Paulo, em 2016, divulgou uma pesquisa reveladora sobre o aspecto mais nocivo do “jeitinho brasileiro”, que de sete em cada dez brasileiros afirmaram já ter cometido pelo menos uma atitude que pode ser considerada corrupção. Em contrapartida, os entrevistados não se assumem, pois somente 3% deles, questionados se se consideram corruptos, reconheceram que sim.

A pesquisa apontou que 67% das pessoas já compraram algum produto considerado *pirata* e 75% declararam conhecer quem já tenha cometido tal atitude, enquanto 15% das pessoas conhecem alguém que já usou estratégias fraudulentas contra o fisco para aumentar o valor da restituição do Imposto de Renda, mas apenas 1% admitiu tal atitude.

O mesmo jornal afirmou que não se pode fazer uma gradação entre atitudes mais ou menos corruptas, como, por exemplo, dizer que um sonegador de imposto é mais corrupto do que uma pessoa que pratica um ato aparentemente inofensivo como comprar um CD pirata.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/02/corruptao-no-brasil-e-cultural-e-esta-enraizada-no-cotidiano-das-pessoas-7122/> Acesso em 07/02/2016.



Ainda de acordo com a pesquisa, a tendência à corrupção se revela em atitudes consideradas comuns no dia a dia das pessoas, já que 15% dos entrevistados disseram ter comprado meia-entrada, usando uma carteirinha de estudante de outra pessoa ou falsa. Outro dado refere-se ao fato de que mais de 31 milhões de brasileiros (21%) receberam troco a mais em uma compra e não devolveram a diferença e que outros mais de 47 milhões (32%) afirmaram conhecer alguém que faz ligação clandestina em TV por assinatura, contra 11% que disseram já terem cometido a ilegalidade.

A superação do problema, enraizado na sociedade brasileira historicamente, não é fácil, pois se trata de um problema cultural que tem de ser enfrentado como algo endêmico, quiçá causado pelo decréscimo na educação escolar. A reversão do quadro começa com um amplo debate, sendo preciso explicitar claramente o que são atos corruptos ou não e desnaturalizar a corrupção cotidiana.

Assim, a corrupção não pode ser confundida com preconceito de classe, mas é necessário discutir o mérito da corrupção, suas origens e as causas históricas. Tem relação com as raízes, com o tipo de educação que se oferece nas escolas, com o pior lado do *jeitinho brasileiro*, e não com o melhor lado. Com certeza, não será encobrindo o debate sobre corrupção que vai se resolver o problema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imbricamento do Estado e dos cidadãos com as relações éticas ou não éticas faz parte dos discursos populares e das investigações científicas em voga. Por esse motivo, este artigo trouxe à baila científica uma postura social que quase se tornou uma idiossincrasia brasileira: o *jeitinho brasileiro*.

Assim, buscou-se percorrer sobre a noção de cidadania no Brasil, destacando a forma de efetivação pelos cidadãos do *jeitinho brasileiro*. Isso foi fomentado pela percepção de que a expressão “Estado”, devido às incertezas e às objeções apresentadas por diversos estudiosos da área, é de difícil determinação, pois se reveste de diversas variações conceituais e posicionamentos comportamentais.



Por esse motivo, esperou-se, com os constructos aqui elencados, contribuir para as discussões modernas sobre o papel e constituição do estado brasileiro, ao se considerar variáveis como corrupção e posicionamento social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REDE BRASIL ATUAL. **Corrupção no Brasil é cultural e está enraizada no cotidiano das pessoas.** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/02/corruptao-no-brasil-e-cultural-e-esta-enraizada-no-cotidiano-das-pessoas-7122/> Acesso em 07/02/2016.

WEBER, Max (Org.). **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967.